

21 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

OAB exige que

PR aumente

pagamentos

de precatórios

Em ofício enviado ao governo estadual, entidade diz que reserva de recursos para as dívidas é insuficiente

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná enviou à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), na tarde de ontem, um ofício solicitando o aumento em até 100% no pagamento de precatórios por parte do governo estadual, de forma a liquidar os débitos existentes, hoje estimados em R\$ 4,57 bilhões, em até cinco anos. Precatórios são títulos de dívida que as administrações municipais ou estaduais emitem para ressarcir quem ganha na Justiça demandas contra o Executivo.

Segundo o presidente da comissão de precatórios da OAB, Emerson Fukushima, a medida foi tomada com base em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de março deste ano, que considerou inconstitucional o pagamento dos títulos de forma parcelada, em até 15 anos. Ele disse que, apesar do que alega o governo, o STF considera que o montante devido no Paraná já

supere R\$ 11 bilhões, o que tornaria o prazo impossível de ser cumprido sem uma readaptação orçamentária.

"O governo tem de depositar obrigatoriamente 2% da receita corrente líquida na conta do Tribunal de Justiça (TJ) criada para administrar os títulos. O projeto que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2014 estabelece R\$ 541 milhões para gerenciamento dos precatórios. Ou seja, com esse valor não será possível debitar nem em 15 ou 20 anos", afirmou.

Ele citou ainda que o Paraná é atualmente um dos Estados com pior situação no País, atrás apenas de São Paulo e Rio Grande do Sul. De acordo com a OAB, há pagamentos de 1997 atrasados até hoje e desde 2009 não são quitados precatórios alimentares, resultantes de ações de servidores públicos.

Conforme o ofício enviado ontem, o órgão solicita também que a integralidade dos recursos obtidos por força do decreto estadual número 6734,

referente ao repasse de depósitos judiciais, seja utilizado para pagamento de precatórios, na ordem cronológica e sem prejuízo dos depósitos mensais vinculados à receita. Os valores que atualmente estão na conta do TJ também teriam de ser destinados ao pagamento, por acordo direto com credores.

Projeto

Na tarde de ontem, a sessão plenária da Assembleia Legislativa (AL) foi transformada em comissão geral, para acelerar a aprovação de projetos do Poder Executivo. Entre eles estava o 608/2013, que altera o regime de acordo direto de precatórios. A proposta passou já em terceira discussão.

CONTINUA

21 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A mensagem abre a possibilidade de substituição dos títulos por crédito de precatório alimentar, que são os resultantes de ações de servidores públicos. Outra modificação prevista é que o cálculo atualizado não seja mais feito pela Câmara de Conciliação, e sim pelo próprio TJ. “Na verdade, nós estamos adequando algumas alterações da legislação federal em função de dificuldades que estávamos encontrando para a consolidação dos acordos diretos. O objetivo é atender aos interesses do Estado, que também é devedor, e, da mesma forma, daqueles que aderiram ao programa. Ou seja, a facilitação dos acordos é importante para ambos os lados”, afirmou o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB). Ele estima que, com a aprovação da lei, aproximadamente R\$ 500 milhões entrem nos cofres do Executivo até o fim de 2013.

Para Fukushima, porém, as mudanças serão benéficas somente para o próprio governo e para aqueles credores que devem tributos ao Estado. “A Constituição não permite que o dinheiro depositado pelo Estado nas contas especiais retornem aos cofres públicos. Então (o projeto) é uma estratégia para que isso aconteça, ao mesmo tempo em que eles (credores) estiverem pagando a dívida do ICMS, por exemplo. A nossa preposição é que o recurso que entre seja utilizado para pagar outros precatórios”.

21 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Comerciantes fecham as portas durante protesto

Cerca de 180 pessoas do movimento negro participaram de uma manifestação contra a suspensão do feriado em Londrina

Nelson Bortolin
Reportagem Local

Cerca de 180 pessoas participaram ontem pela manhã do protesto contra a suspensão do feriado municipal da Consciência Negra, determinada na última segunda-feira pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O grupo se reuniu na Cóncha Acústica às 9 horas da manhã, onde foram feitos discursos e uma homenagem à Mãe Mukumbi, liderança da comunidade negra assassinada em agosto. Depois, sob chuva fina, os manifestantes saíram em passeata pelas ruas da cidade, até por volta do meio-dia.

Do começo ao fim, o protesto foi pacífico. A maioria dos comerciantes atendeu ao pedido do movimento e fechou as portas, reabrindo em seguida. "Fechei com medo de agressão. Tenho de defender meu patrimônio", justificou Celeste Catori, dono da Casa dos Doces. Para ele, o Dia da Consciência Negra deveria ser comemorado no segundo ou terceiro domingo do mês. "O comércio vive de venda, precisamos abrir", defendeu. Na opinião de Catori, outros feriados, como o da Proclamação da República e do Pa-

droeiro do Município, deveriam ser cancelados.

Outra que atendeu aos apelos dos manifestantes foi a proprietária da Maxcell Celulares, Marinês Limã. "Fechei em respeito à manifestação. E também com um pouco de medo", admitiu.

Depois de circular pelas ruas Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco e pelo Calçadão, os manifestantes pararam em frente ao edifício Palácio do Comércio, onde fica a sede da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil). Antes da decisão do TJ em favor da Federação da Indústria do Estado do Paraná (Fiep), a Acil já havia obtido uma liminar garantindo a abertura das lojas no feriado da Consciência Negra.

Durante cerca de 20 minutos, os manifestantes permaneceram no local gritando palavras de ordem contra a postura da entidade. "Acho que é uma discriminação contra os nossos ancestrais. Deveria ser um feriado nacional", afirmou o pai de santo Carlinhos de Omoluaye, que veio de Capivari (SP) para participar do protesto.

Para o professor Dejáir Dionísio, a decisão foi política, "apesar da desculpa jurídica". O TJ concedeu liminar suspendendo o feriado devido a uma lei federal, segundo a

qual os municípios só podem criar feriados religiosos. "Faltou sensibilidade histórica", disse Dionísio. Para ele, o racismo é muito forte no País e está relacionado às questões religiosas. "A tradição judaico-cristã faz as pessoas olharem de forma preconceituosa as outras religiões", opinou.

A administradora de empresas Neyde Jordão também participou do protesto. Nascida em São Tomé, ela vive no Brasil há 9 anos e considera haver muito racismo no País. "Conheço Portugal, Cabo Verde e Angola e aqui acho que essa situação do racismo é pior", afirma.

As vereadoras Lenir de Assis (PT) e Elza Correia (PMDB) também acompanharam o grupo. "Acho que a questão legal usada para derrubar o feriado é uma desculpa. Acharam uma brecha na lei, mas a verdade é um desmerecimento da causa do povo negro", declarou Lenir. Elza classificou a decisão judicial de "lamentável". "Não há justificativa legal para cancelar o feriado quatro anos depois de ele ter sido criado", disse.

Integrante do movimento negro, o ex-vereador Tito Vale diz que irá apresentar uma reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reformar a decisão do TJ.

21 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Dia da Consciência 'Geral'

Tentando não desagradar ninguém na polêmica sobre o feriado da Consciência Negra, o governador do Paraná Beto Richa (PSDB), ontem em Londrina, se acomodou no muro. "É evidente que a gente tem respeito aos afro-descendentes, à história de cada um deles, à participação na construção deste país. Agora, eu sou a favor da Consciência Humana, de todos. Negros, amarelos, minorias. É importante nós termos respeito por todos."

LUIZ GERALDO MAZZA

Revide

Decisões judiciais que anularam o feriado de ontem em Curitiba e Londrina serviram para dar um tom mais intenso, emocional e ideológico, à data. A programação cultural, inclusive a lavagem das escadas da igreja dos pretos de São Francisco, era intensa e se enriqueceu com a tonalidade inconformista.

Democracia é assim: quando há inconformismo com decisão judicial (e isso está vivíssimo no caso do mensalão) há a saída do protesto que de repente é bem mais relevante do que o feriado. Aliás muitas instituições como a UEL e UFPR celebraram a data com ponto facultativo.

Ministério

Quando aparecem as homenagens a João Goulart dá para lembrar que o seu ministério, aquele derrubado pelo golpe, foi um dos mais qualificados da história brasileira com Santiago Dantas, Hermes Lima, Celso Furtado, Evandro Lins, Eliezer Batista, Darci Ribeiro entre outros. Quem me lembrava isso, outro dia, foi o desembargador aposentado Tadeu Loiola, ex-presidente do TJ.

21 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

TSE devolve cargo para prefeito de Jandaia do Sul

Luis Fernando
Wilteburg

Reportagem Local

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu antontem, em decisão provisória, reconduzir ao cargo o prefeito cassado de Jandaia do Sul (Norte), Dejair Valério (PTC), afastado da cadeira do Executivo desde o dia 18 de outubro. O ex-vice-prefeito de José Borba – um dos condenados pelo mensalão – teve o diploma cassado devido a suposto abuso de poder político do ex-prefeito durante a campanha eleitoral do ano passado.

Valério é acusado de ter sido beneficiado pela concessão de reajuste salarial dada por Borba a servidores no ano passado e pela isenção no pagamento de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) a 263 pessoas, além do uso de meios de comunicação para propaganda do então vice.

As vantagens foram consideradas existentes em primeira instância e o afastamento foi mantido no Tribunal Regional Eleitoral

(TRE) do Paraná. Com isso, o segundo colocado no pleito, Benedito Puppio (PSC), assumiu a prefeitura em 22 de outubro.

No recurso interposto no TSE, o advogado Aluísio Henrique Ferreira argumenta que a isenção de ITBI não gerou efetiva vantagem eleitoral a Valério, uma vez que não há registros de concessão do benefício a nenhum contribuinte, assim como não é possível conferir quais vantagens os candidatos obtiveram com as entrevistas concedidas por

Borba a veículos de comunicação.

Ao analisar o pedido, o ministro relator Henrique Neves da Sil-

va acatou a suspensão do afastamento até o julgamento do mérito por considerar plausíveis as alegações. Além disso, leva em conta que a alternância de poder é prejudicial ao município.

O prefeito aguarda a notificação do TRE e da 70ª Zona Eleitoral para retomar o cargo. Procurado ontem, Dejair Valério não podia falar porque estava conduzindo veículo em rodovia.

**Reajuste pago
por José Borba
teria beneficiado
Dejair Valério**

21 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Audiência começa hoje com maioria contrária à censura

Juliana Gragnani

Folhapress

São Paulo - A audiência pública sobre a questão das biografias começa hoje, às 9h, com ao menos 13 representantes do lado que pretende derrubar a restrição para publicações, de um total de 17 pessoas. O outro lado será representado pela Associação Eduardo Banks, que defende autorização prévia de biografias.

O deputado Marcos Rogério (PDT-RO) possivelmente também questionará a liberação das obras. O debate foi convocado pela ministra Cármen Lúcia, relatora da ação proposta por editores no Supremo Tribunal Federal, que recebeu 47 inscrições. Entre escolhidos para falar 15 minutos estão Ana Maria Machado, presidente da Academia Brasileira de Letras, e Sônia Jardim, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Cármen Lúcia rejeitou pedido de participação dos advogados Ana Paula Barcellos e Marco Antônio Campos, ligados a Roberto Carlos. Barcellos fez um estudo sobre a legislação aplicada a biografias pedido por Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, advogado do cantor. Kakay diz que o grupo está focado agora no Congresso, onde há um projeto sobre o tema, e não no Supremo.

A favor da restrição falará Ralph Lichotti, 33, advogado da Associação Eduardo Banks, interessada no processo. O advogado afirma que a associação não tem contato com Roberto e outros artistas. "Nosso grupo tem como objetivo resguardar a Constituição e os valores familiares, por isso fomos contra o casamento homoafetivo", diz ele, que é também jornalista e presidente do diretório do PT de Itaperuna (RJ).

O deputado federal Marcos Rogério também falará na audiência. Ele é autor do recurso que atrasou a tramitação do projeto de lei contra a censura às biografias na Câmara. A proposta é de autoria do deputado Newton Lima (PT-SP), que também participará do debate.

21 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Alves contraria STF sobre cassação de Genoino

**Presidente da Câmara
decide levar caso do
ex-presidente do PT
para análise no plenário**

Brasília - O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou ontem que a Casa vai descumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de cassar automaticamente o mandato do deputado licenciado José Genoino (PT-SP), condenado no julgamento do mensalão, e submeter à perda do cargo ao plenário.

A medida tem potencial para retomar uma polêmica que abriu uma recente crise com o Judiciário, após o julgamento que condenou Genoino e mais três parlamentares, Valdemar Costa Neto (PR-SP), Pedro Henry (PP-MT) e João Paulo Cunha (PT-SP).

Segundo Eduardo Alves, a cúpula da Câmara vai se reunir hoje para discutir o caso de Genoino e deve enviar o processo à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que será finalizado no plenário. Há chances de um dos integrantes da Mesa Diretora pedir o adiamento da discussão do processo.

"(A Mesa Diretora vai) abrir o processo. É assim que o rito regimental determina para que se encaminhe à CCJ e aí tramitar normalmente até o processo final no plenário da Casa", disse o peemedebista.

A Câmara foi notificada na noite de anteontem da prisão de Genoino. Ele é um dos 12 condenados que teve a prisão imediata determinada pelo Supremo no fim da semana passada. Valdemar e Henry podem ter a prisão decretada a qualquer momento. O caso de João Paulo só será retomado pelo tribunal no ano que vem. Os quatro foram condenados por envolvimento no esquema de compra de apoio político no Congresso durante os primeiros anos do governo Lula, abastecido com recursos públicos.

Genoino foi condenado a 4 anos e 8 meses de prisão por corrupção ativa - por 9 votos a 1 -, e a 2 anos e 3 meses por formação de quadrilha - por 6 a 4. Preso no complexo da Papuda em Brasília, ele está licenciado da Câmara até janeiro para se recuperar de problemas cardíacos. O presidente da Câmara justificou que ele continuará a receber o salário de R\$ 26,7 mil porque está de licença médica.

Após o caso ser enviado para CCJ, o processo terá cinco sessões para apresentação de defesa. O relator pode fazer diligências e terá um prazo de cinco sessões para apresentar seu relatório. Depois desse

prazo, o processo segue para o plenário. Eduardo Alves disse que a Casa vai respeitar o trâmite legal. "Aí é um prazo regimental que não cabe ter boa ou má vontade. É uma questão puramente regimental", disse.

A reportagem apurou que a bancada do PT na Câmara trabalha para evitar que o processo de cassação de Genoino tenha início agora. Petistas procuraram consultores da Casa e conseguiram um parecer apontando que a licença médica impediria que o processo fosse iniciado pela Casa.

21 NOV 2013

» MANIFESTAÇÕES

GAZETA DO POVO

Sem feriado, mas com consciência política

Pinga-fogo

“Consciência não tem preço. Esta questão é mais importante que uma simples questão econômica. Trata-se de reconhecer a história desta tragédia negra no Brasil, que foi a escravidão.”

Rasca Rodrigues (PV), deputado estadual, sobre o feriado do Dia da Consciência Negra suspenso em Curitiba.



Ativista coloca lenço afro no busto do Barão do Serro Azul: protesto bem humorado.

Movimento negro promove atos públicos e culturais para marcar o Dia de Zumbi dos Palmares em Curitiba. ACP foi alvo de protesto pacífico

Thomas Rieger,
especial para a Gazeta do Povo

■ Mesmo sem feriado, o 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra no Brasil, não passou batido em Curitiba. Várias manifestações políticas e culturais ocorreram na cidade. O principal ocorreu no fim da tarde na escadaria do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Praça Santos Andrade.

Cerca de 200 manifestantes caminharam até o prédio da Associação Comercial do Paraná (ACP), que fica ao lado da UFPR, tocando instrumentos como tambores e colando cartazes com dizeres como “Zumbi Vive” e “Me orgulho do meu cabelo, minha roupa e da minha cultura. Eu faço a ti apenas um apelo: deixe-me ser negro e orgulhar-me da minha pele escura”. Organizado pelo movimento negro, a ideia da manifestação foi chamar a atenção dos curitibanos e promover a reflexão.

A escolha da ACP foi uma resposta à ação judicial impetrada pela entidade que cancelou o feriado da Consciência Negra na capital. Por meio da assessoria de imprensa, a associação reiterou que em nenhum momento o viés da discriminação pautou a decisão de pedir a suspensão do feriado, mas sim o prejuízo econômico que o recesso causaria.

Agenda

Logo pela manhã, atividades culturais e shows musicais aconteceram na Praça Zumbi dos Palmares, no bairro Pinheirinho. O evento contou com a participação de integrantes de movimentos sociais e escolas, além do prefeito Gustavo Fruet (PDT) e do presidente da Câmara Municipal, Paulo Salamuni (PV).

No início da tarde, um protesto pela suspensão do feriado da Consciência Negra bloqueou, por cerca de uma hora, a circulação de ônibus na Praça Rui Barbosa, no Centro. A situação no entorno da praça ficou complicada, já que parte dos ônibus precisou ser desviada para outras ruas.

21 NOV 2013

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Dia da Consciência Negra 1

A insistência de alguns políticos em torno de um feriado municipal tem prejudicado o verdadeiro sentido do Dia da Consciência Negra, comemorado ontem. A data tem como principal objetivo ajudar os negros a assumirem a sua negritude, superando toda e qualquer forma de mentalidade racista e preconceituosa, assim como lutar por uma efetiva igualdade social, política e econômica para todos os marginalizados deste país, entre eles a comunidade negra.

Luiz Carlos Batista, padre e religioso da Ordem de Santo Agostinho

Dia da Consciência Negra 2

Espantoso o texto "Cubram a estátua do Barão" (**Gazeta**, 20/11). O autor faz uma infeliz comparação e um ataque pessoal ao presidente da Associação Comercial do Paraná. Qualquer associação de comerciantes, industriais ou sindicatos patronais será contra a criação de feriados, independentemente de sua motivação. Eles geram grandes perdas econômicas à sociedade e é legítimo que advoguem contra, especialmente quando a sua criação ferir a Constituição. E o argumento de que isso seria um reflexo da Curitiba retrógada e elitista colonizada por europeus é absurdo e ofensivo.

Flávia Hauer Gomes, analista legislativo, Brasília – DF

Mídias Sociais

Dia da Consciência Negra

"A consciência deve ser o resultado de um trabalho individual e coletivo em benefício da vida. Ficar em descanso numa quarta-feira, enquanto há tanto para melhorar na sociedade, é uma afronta. A vida se constrói com trabalho, não com demagogia e ideologia."

Wilma Adam, via Facebook, sobre o Dia da Consciência Negra.

21 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Assembleia amplia parcelamento do ICMS e do imposto sobre herança

Deputados aprovam projeto do governo paranaense que aumenta o número de parcelas para quitar a dívida tributária. Estado espera arrecadar R\$ 50 milhões com a medida

Euclides Lucas Garcia

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem, em definitivo, o projeto de lei do governo do estado que institui parcelamento especial de dívidas de ICMS e do ITCMD (o imposto sobre heranças e doações). Pela proposta, os débitos de ICMS poderão ser parcelados em até 84 meses em vez de no máximo 60 meses, como é hoje. Já o parcelamento máximo das dívidas de ITCMD saltará de 20 para 36 vezes.

O texto estipula ainda que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 1 mil e que eventuais multas e juros já existentes não serão dispensados do pagamento. A estimativa do Executivo é que até R\$ 50 milhões entrem no caixa estadual graças à medida. “Queremos fazer uma limpa nas ações que correm na

“Queremos fazer uma limpa nas ações que correm na Justiça e, ao mesmo tempo, ter um bom resultado financeiro com a entrada de recursos no caixa.”

Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na Assembleia.

PRECATÓRIOS

Os deputados também aprovaram ontem o projeto do governo que muda de mãos a responsabilidade de fazer o cálculo atualizado do valor do precatório envolvido numa negociação: da Câmara de Conciliação do Executivo ao Tribunal de Justiça. A proposta também permite que, se o precatório apresentado for rejeitado por razões como iliquidez, suspensão por decisão judicial ou problemas ao crédito, ele poderá ser substituído por outro precatório. A matéria ainda precisa ser votada em redação final.

Justiça e, ao mesmo tempo, ter um bom resultado financeiro com a entrada de recursos no caixa”, justificou o líder do governo na Assembleia, o deputado Ademar Traiano (PSDB).

Assim que a matéria for sancionada — o que deve ocorrer até o fim desta semana —, os contribuintes em dívida com o estado terão de formalizar um acordo com a Receita até o próximo dia 16 de dezembro. Esses acordos deverão ser costurados durante a Semana Nacional de Conciliação, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vai ser realizada entre os dias 2 e 6 de dezembro. A espec-

tativa é que ocorram mais de 6,2 mil audiências de conciliação em 104 comarcas do estado.

Celso Nascimento

Um estado em apuros

A secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, passou boa parte do dia de ontem participando de um grupo de estudos sobre despesas públicas e correto emprego dos recursos do Erário. A reunião foi promovida pela Procuradoria-Geral do Estado e realizada nas dependências do “hotel cinco estrelas” que o governo comprou para servir de sede para a instituição — ele próprio, o prédio, um bom exemplo de como gerar despesas que poderiam ser evitadas.

Procurada, a secretária estava incomunicável — mas talvez não pela mesma razão que ontem fez emudecer os telefones de várias repartições estaduais: atraso no pagamento da conta. Dentre os órgãos afetados, alguns setores da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública. Aos participantes do grupo de estudos sobre despesas públicas serviram-se acepipes, café e sucos — enquanto nos quartéis da PM há escassez de pão e margarina para alimentar a soldadesca.

A secretária está atenta às dificuldades financeiras do governo e se tornou rigorosa guardiã dos tostões, a ponto de arranjar encrencas sérias com seus colegas do secretariado.

Como ela elegeu como prioridade pagar as folhas do funcionalismo do fim do ano, todo o mais que represente saída dos cofres está suspenso.

Fornecedores e prestadores de serviços (incluindo os de água, luz e postais), empreiteiras de obras etc penam para receber atrasados. Contratos com empresas de limpeza de repartições não são renovados, o que obriga servidores a paralisarem a rotina para lavar banheiros. Oficinas mecânicas retem viaturas policiais enquanto não lhes são pagas as notas referentes aos reparos.

De mãos amarradas e com metas de gestão a cumprir, os secretários se revoltam, como relatam testemunhas de turbulenta reunião da equipe ocorrida semana passada. Foram tantos os “nãos” impositivos de Jozélia que alguns dos mais vetustos e experientes secretários preferiram deixar a reunião pela metade para voltar aos seus gabinetes.

A própria secretária diz não entender como o governo continua anunciando novos repasses a municípios se nem os antigos foram ainda cumpridos.

BESSA



Fernanda Richa e o governador Beto Richa conferem a joia que ela ganhou de Vera Lupion (ao fundo) na festa de abertura da nona edição do “Natal Encantado”, anteontem, no Castelo do Batel. A peça, confeccionada pelos irmãos e designers Marcelo (à esq.) e Rodrigo Alarcon, é um colar de jade, seda e pérolas.

21 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

STF poderá julgar planos econômicos só em 2014

! O julgamento dos planos econômicos no Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para começar na próxima semana, pode ter o desfecho adiado. De acordo com integrantes da Corte, duas sessões serão necessárias para julgar as cinco ações sobre o tema.

O primeiro dia deve ser reservado para as sustentações orais dos advogados. Somente no segundo dia os três ministros - Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli - que relatam processos sobre o assunto, começariam a proferir seus votos.

Caso não seja possível terminar na próxima semana, o julgamento não seria retomado na semana seguinte. Na primeira semana de dezembro, conforme um integrante da Corte, o tribunal estará desfalcado. Sem a composição completa, o processo não retornará a julgamento.

Assim, haveria praticamente três sessões antes do recesso judiciário para que o processo fosse levado novamente a julgamento. Na última sessão, tradicionalmente, processos polêmicos não são julgados. E o presidente do tribunal aproveita para fazer um balanço do ano. Nesse calendário, a decisão sobre planos econômicos pode ficar para o próximo ano.

21 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Câmara contraria STF e Genoino não será cassado automaticamente

Supremo havia determinado que a direção da Casa determinasse a perda imediata do mandato do deputado petista.

Mas o caso será submetido a votação em plenário

! O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou ontem que a Casa vai descumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de cassar automaticamente o mandato do deputado licenciado José Genoino (PT-SP), condenado no julgamento do mensalão e preso desde a última sexta-feira. A cassação do mandato dele será submetida ao plenário.

A decisão de Alves tem potencial para retomar a crise com o Judiciário, aberta no fim do ano passado após a Câmara ter se recusado a cassar automaticamente o mandato de Genoino e mais três deputados que tinham sido condenados na primeira fase do julgamento do mensalão: Valdemar Costa Neto (PR-SP), Pedro Henry (PP-MT) e João Paulo Cunha (PT-SP). O STF havia decidido que a cassação teria de ser automática. Mas a Câmara não cassou ninguém e, em 2013, os réus tiveram seus recursos julgados pelo STF.

O ministro do Supremo Gilmar Mendes, embora tenha evitado fazer críticas diretas a Alves, condenou a possibilidade de manutenção dos mandatos dos deputados condenados. "Não conheço o teor das declarações [de Alves]. Mas é essa a orientação [cassar automaticamente os mandatos]", disse Mendes. "E no Estado de Direito não há soberanos: todos cumprem as leis e devem observar as regras estabelecidas pelo Judiciário."

Manobra

Segundo Eduardo Alves, a cúpula da Câmara vai se reunir hoje para abrir o processo de cassação de Genoino. A tramitação envolve a apreciação do caso pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, pelo plenário. Genoino terá direito a se defender antes da votação em plenário — que, se fosse hoje, seria secreta.

Mas há uma proposta de emenda da Constituição (PEC), que pode ser aprovada em breve (veja ao lado), para tornar a votação das cassações abertas. Como o processo de cassação deve levar semanas, talvez meses, é possível que a votação não seja mais sigilosa quando o processo chegar ao plenário.

Mas, nos bastidores, a bancada do PT na Câmara trabalha para evitar que o processo tenha início agora, com objetivo de que Genoino se aposente por invalidez antes de ser cassado. Petistas procuraram consultores da Casa e conseguiram um parecer apontando que a licença médica de Genoino impediria que o processo fosse iniciado pela Casa. A licença vence em fevereiro e, após isso, o petista pode se aposentar por invalidez — ele tem hipertensão e cardiopatia grave.

21 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CASO GAIEVSKI

MP denuncia cinco por coação de testemunhas

O Ministério Público do Paraná (MP) ofereceu denúncia contra Eduardo Gaievski, ex-assessor da Casa Civil da Presidência; André Willian Gaievski, filho dele; Edmundo e Francisco, irmãos; e o advogado Fernandes da Silva Borges. Eduardo Gaievski está preso

desde agosto, suspeito de abusar sexualmente de adolescentes quando era prefeito de Realeza, no Sudoeste. Ele foi prefeito entre 2005 e 2012. Segundo o promotor de Justiça Raphael Fleury Rocha, da Comarca de Realeza, André, Edmundo, Francisco e Borges foram denunciados por coação de testemunhas, formação de quadrilha e falsidade ideológica. André e Borges foram presos

em 23 de outubro. Os irmãos do ex-prefeito tiveram a prisão preventiva decretada no dia 28 do mesmo mês, pelo mesmo motivo, e são considerados foragidos. A denúncia por falsidade ideológica, de acordo com Rocha, diz respeito a um fato ocorrido em 2012, antes da abertura do processo. "Conduziram a vítima para o cartório para que prestasse uma declaração falsa, com firma reconhecida", disse Rocha.

Justiça nega pedido do Ministério Público e mantém leilão do Galeão

A Justiça Federal não aceitou o pedido de liminar do Ministério Público Federal para suspender do leilão do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, marcado para amanhã. Na decisão, o juiz responsável pelo caso avalia que a ação "parece invadir" a área de competência da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ao questionar as exigências de segurança do edital de concessão do terminal. A ação foi a movida pelo MPF na quinta-feira, 14, e questionava a "omissão" do edital em relação aos quesitos de segurança do terminal. A ação pedia duas medidas liminares, uma para suspender o leilão do aeroporto do Galeão e outra para obrigar a Anac a realizar audiência sobre os termos do edital de concessão referentes à segurança do terminal.

Justiça bane usuário do Twitter por divulgar ofensas contra mulher

A 4ª Vara Cível de Brasília condenou um usuário a parar de usar a internet para divulgar ofensas a uma mulher e chamá-la de "gorda". Ele terá ainda de pagar R\$ 15 mil, a título de danos morais, por causa das tuitadas com comentários agressivos acerca da imagem e da vida sexual dela. A mulher narrou ter sido vítima de diversos tipos de ofensa a sua honra na rede social Twitter, o que lhe causou vexames e constrangimentos. O processo começou há dois anos e a autora da ação pleiteava até R\$ 80 mil de valor compensatório. A Justiça determinou o fim dos comentários e a obrigação de retirar as mensagens já postadas contra a mulher, sob pena de multa diária.

21 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

O racismo enraizado na sociedade brasileira

Se nos Estados Unidos o racismo sempre foi um problema explícito daquela sociedade, no Brasil, o preconceito racial sempre foi velado, embora esteja enraizado na nossa educação (inclusive à educação das pessoas discriminadas). A desvantagem em relação a este “disfarce” do não racismo, é a demora para procurar as soluções de fato para grupos étnicos do país que são maioria entre a população mais pobre.

O dia 20 de novembro, chamado de Dia da Consciência Negra, passou

e com ele um sem número de piadas e observações racistas, que não valem a pena citar. Com feriado ou não, a data deveria servir de reflexão sobre a estrutura da nossa sociedade no que trata das relações entre as incontáveis etnias que formam o povo brasileiro.

Como qualquer doença da cabeça (do ponto de vista psicológico), para começar a cura do preconceito e do racismo no Brasil o primeiro passo deve ser o reconhecimento que o problema existe.

Dia da Consciência Negra é celebrado com atividades culturais



O prefeito Gustavo Fruet participou das atividades na Praça Zumbi dos Palmares

O Dia da Consciência Negra foi celebrado pela Prefeitura de Curitiba na manhã desta quarta-feira (20), com atividades recreativas e culturais na Praça Zumbi dos Palmares, no Pinheirinho. A data, comemorada em todo o País, é uma forma de lembrar a luta dos negros ao longo da

História para garantir seus direitos.

“A cidade de Curitiba reafirma o compromisso pela igualdade, liberdade, inclusão social e contra qualquer tipo de preconceito de raça e gênero. Temos de trabalhar a conscientização diariamente para que a sociedade tenha res-

peito pelo próximo. Só assim vamos diminuir conflitos”, disse o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet.

O evento na praça teve a participação de integrantes dos movimentos sociais, escolas municipais e profissionais de unidades de saúde da Regional Pinheirinho.

21 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Democratizar os tribunais de contas

MARCO TEIXEIRA E MAURÍCIO BROINIZI PEREIRA

A indicação dos conselheiros de tribunais de conta deve ser pautada também por critérios técnicos, e não apenas pela conveniência política

Criados para auxiliar tecnicamente o Legislativo no controle da gestão financeira dos governos e demais órgãos do Estado brasileiro, os tribunais de contas vêm ganhando notoriedade de maneira ambígua.

Ora por revelarem problemas de má gestão de recursos públicos, ora por alguns dirigentes se envolverem em decisões que os beneficiam ou em rede de interesses que fraudam contratos e licitações.

Duas questões permeiam essa ambiguidade. Como tornar os tribunais de contas mais acessíveis? E como garantir que estejam inteiramente voltados para o atendimento do princípio republicano do zelo pela coisa pública, que deveria orientar suas ações, equilibrando visões técnicas e políticas em suas decisões?

Já existem experiências de ouvidorias e de processos de capacitação da população para o entendimento das contas governamentais conduzidos por tribunais de contas. Tais iniciativas têm colaborado para que, de um lado, se possa contar com os cidadãos como atores públicos importantes no controle da ação governamental e, de outro, seja possível aperfeiçoar constantemente o trabalho dos tribunais de contas por meio de críticas da sociedade.

Não foram poucas as denúncias provenientes da sociedade que levaram o Tribunal de Contas da União (TCU) e também alguns Tribunais de Contas Estaduais (TCE) a iniciarem auditorias que acabaram por responsabilizar maus gestores públicos.

Isso nos leva a perguntar por quais razões o TCE de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo ainda não criaram ouvidorias ou estruturas semelhantes que permitam um ciclo completo de interação com a sociedade.

Também se faz necessário o cumprimento da Lei de Acesso à Infor-

mação, que define que os relatórios de auditoria são documentos públicos e devem ser disponibilizados de forma ativa para consulta antes mesmo do julgamento final da matéria.

A questão sobre como garantir o zelo pela coisa pública nos remete a um problema central na estrutura dos tribunais de contas: a composição do seu corpo dirigente. Um terço é indicado pelo Executivo (para cada três, dois são recrutados entre auditores substitutos de conselheiros e membros do Ministério Público de Contas - MPC) e dois terços pelo Legislativo, sendo que todos precisam ser aprovados pelos parlamentares. Todavia, apenas recentemente o TCE-SP, após ter sido obrigado judicialmente, iniciou a inclusão de auditores e membros do MPC em seu conselho. O TCM-SP tem um corpo dirigente puramente político (quatro ex-vereadores e um ex-secretário de governo).

Não que um conselho eminentemente político indique que os trabalhos serão enviesados. Entretanto, é necessária a adoção de um mecanismo de pesos e contrapesos. A atuação dos representantes de carreira com assentos no colegiado seria um importante contraponto técnico.

A condenação de Paulo Maluf por superfaturamento na construção do túnel Ayrton Senna, confrontada com a aprovação de suas contas pelo TCM-SP, dá margem para inúmeros questionamentos.

No TCM-SP, está em curso a abertura de uma vaga para o seu corpo dirigente. Independentemente de quem seja a responsabilidade pela indicação para ocupar o posto, o momento é propício para o debate.

Fernando Haddad, que ganhou notoriedade por botar o combate à corrupção na agenda de seu governo, poderia se colocar à frente da discussão para que a indicação dos

conselheiros também passe a ser pautada por critérios técnicos, e não mais apenas pela conveniência política de momento.

Qualquer órgão público deve ter o cidadão como principal cliente, o que não se tem visto de maneira adequada no TCM-SP. Se não caminhar nessa direção, a lógica das indicações políticas prevalecerá mais uma vez. Vereadores candidatos a conselheiros é que não faltam.

MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA, 49, é cientista político e professor de administração pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo

MAURÍCIO BROINIZI PEREIRA, 51, doutor em história econômica pela USP, é coordenador da secretaria-executiva da Rede Nossa São Paulo

21 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Em defesa do voto obrigatório

JOÃO FERES JÚNIOR E FÁBIO KERCHE

Uma das consequências das manifestações de junho foi ter colocado a reforma política mais uma vez em pauta. O grupo de trabalho constituído na Câmara apontou para avanços importantes, como a questão do financiamento de campanhas e das coligações nas eleições proporcionais. Entretanto, o fim do voto obrigatório é uma proposta que pode piorar o que se busca consertar.

Não há qualquer comprovação do argumento de que o voto obrigatório prejudica a qualidade de nossa democracia. O único dado concreto é que mantemos altas doses de participação em nosso processo eleitoral, mesmo sendo a obrigatoriedade do voto no Brasil muito mais simbólica do que real.

O eleitor pode justificar seu voto em qualquer seção eleitoral do país e aqueles que nem sequer isso fazem recebem a multa irrisória de R\$ 3,50! Além disso, o eleitor pode inclusive manifestar sua indignação ao escolher anular seu voto nas modernas urnas de nosso sistema.

Nas últimas três eleições presidenciais, tivemos o comparecimento de quase 75% dos eleitores, uma marca invejável para qualquer democracia do planeta. O estudo da política comparada mostra que onde o voto é facultativo, os pobres

Seria irracional para um político eleito implementar políticas populares em um contexto em que o eleitorado de baixa renda vota menos

têm maior probabilidade de não votar. Com exceção da Índia, na maior parte das democracias contemporâneas que adotam o voto facultativo, os pobres e os jovens são os grupos que mais se abstêm das urnas.

Se a inclusão dos setores populares na cidadania política ao longo da história correspondeu a sua inclusão nas políticas de proteção do Estado, o contrário também é verdadeiro: seu alijamento da política eleitoral redundou em sua exclusão dessas mesmas políticas. Seria simplesmente irracional para um político eleito implementar políticas populares em um contexto onde o eleitorado de baixa renda vota menos.

A obrigatoriedade do voto também faz da eleição um momento especial de informação do eleitorado. De dois em dois anos, somos levados a nos atualizar acerca dos assuntos que dizem respeito a nossa vida coletiva e decidir por pessoas, ideias e projetos, em detrimento de

outras pessoas, ideias e projetos.

Em países onde o voto não é obrigatório, como nos Estados Unidos, esse processo é mais diluído, e boa parte dos cidadãos passa incólume pelo processo eleitoral. Não no Brasil. Nossas eleições são um evento cívico vivido por quase todos nós.

Por fim, resta o argumento pífio de que votar é um direito, e não um dever. Mas nossa vida coletiva nos força, por meio das leis do Estado, a tantas coisas: registro civil, vacinação, educação fundamental, alistamento militar etc. Por serem fundamentais a nossa vida coletiva, esses são deveres aos quais não podemos fugir. Por que então o voto não pode ser mais um desses deveres?

O voto é mais que a possibilidade de se escolher os governantes. Ele legitima o processo democrático. Ao trocar esse compromisso com o corpo dos cidadãos pelo direito individual de não perder 30 minutos, uma hora de seu tempo, uma vez a cada dois anos, o cidadão estará não só se amesquinhando, mas tornando o Brasil menor.

JOÃO FERES JÚNIOR, 48, doutor em ciência política pela Universidade de Nova York, é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

FÁBIO KERCHE, 42, doutor em ciência política pela USP, é pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa

21 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

O outro mensalão

STF não pode mais atrasar julgamento da ação sobre esquema de corrupção do PSDB em Minas, praticado na campanha eleitoral de 1998

Enquanto se discutem e se executam os trâmites finais do julgamento do mensalão, ainda patina no Supremo Tribunal Federal a análise de outro simbólico caso de corrupção — e que, segundo a denúncia, ocorreu em 1998, muito antes dos crimes cometidos no começo do governo Lula.

Trata-se do chamado mensalão tucano, ou mineiro, esquema de desvio de recursos públicos tão semelhante — ainda que em escala mais restrita — ao congênere petista que o Ministério Público Federal viu ali “a origem e o laboratório” dos atos praticados em 2003 e 2004 sob a liderança de José Dirceu, no Planalto.

Acredita-se que personagens hoje bastante conhecidos e recentemente condenados pelo STF já executassem em favor do PSDB de Minas Gerais as mesmas operações que depois colocariam a serviço do PT no plano federal.

O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, bem como seus sócios Ramon Hollerbach e Cristiano Paz, aparece na acusação aliado ao hoje senador Clésio Andrade (PMDB) para articular um mecanismo criminoso de financiamento da campanha pela reeleição do então governador Eduardo Azeredo (PSDB).

Pelo menos R\$ 3,5 milhões teriam sido desviados dos cofres do Estado de Minas para a campanha de Azeredo, mediante contratos fraudulentos de patrocínio; em seguida, empréstimos do Banco Rural teriam servido para dissimular a fonte ilícita dos recursos.

Embora a decisão caiba ao Supremo, o ex-procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, acredita que “vários delitos graves foram comprovados”.

Sua denúncia, apresentada em 2007 e aceita pelo STF em 2009, descreve situações que envolveram Azeredo e Walfrido dos Mares Guia — à época vice de Azeredo e candidato a deputado federal pelo PTB, depois ministro de Lula —, apontado como um dos organizadores da campanha tucana.

Personagens sem direito ao foro privilegiado também foram listados pelo Ministério Público Federal. Serão julgados nas instâncias inferiores, já que a ação do mensalão tucano, ao contrário do petista, foi desmembrada. O núcleo político responderá perante o STF.

Questionado por esta **Folha**, o ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo do mensalão tucano no STF, afirmou que julgará o caso o mais depressa que o devido processo legal permitir. Espera-se que seja exatamente assim.

Após o desfecho do processo do mensalão petista, a Suprema Corte brasileira não pode dar espaço à interpretação de que funciona em regimes distintos de acordo com a coloração partidária dos acusados.

QUESTÕES DE ORDEM

Qual a culpa de Genoino?

DÓI MUITO ver a prisão de uma pessoa com o passado de José Genoino. Está muito acima, pelo caráter, pela coerência, pela simplicidade, da grande maioria dos políticos brasileiros.

Não enriqueceu, nem quis enriquecer, com os cargos que ocupou. Na linguagem de todos os dias, corrupto é aquele que recebe propinas ou favores. Com toda certeza, Genoino não é dessa laia.

Mas foi condenado de forma praticamente unânime no STF. Até por Dias Toffoli. Dos dez ministros, somente Ricardo Lewandowski o absolveu.

Qual o crime? Corrupção. Pela lei, não se pune somente quem recebe dinheiro, mas também quem oferece.

Os ministros se basearam nos testemunhos dos autos. Começaram rejeitando os argumentos do Ministério Público, que acusava Genoino de ter corrompido parlamentares do PMDB e do PL. Não havia nenhuma menção concreta a tratativas de Genoino com esses partidos. Até por isso, Delúbio terminou com uma pena maior do que ele.

Houve, entretanto, encontros de Genoino com líderes do PTB e do PP. Políticos como José Janene, Pedro Henry, Emerson Palmieri, Pedro Corrêa e, vá lá, Roberto Jefferson contam isso.

Lewandowski absolveu Genoino afirmando que, afinal de contas, todos esses testemunhos vinham de réus do processo também. Em tese, esse tipo de depoimento vale pouco, porque é plausível que um réu acuse outro para livrar a própria pele.

Não era o caso, porque tanto Genoino quanto esses réus seguem a mesma linha de argumentação. Havia encontros, sim, mas tudo se resumia a tratar de acordos políticos, não se discutiu ajuda financeira.

Quando a história é contada mais

Genoino não roubou, fez o que lhe pareceu mais certo, sem pensar em vantagens.

Mas inocente não era

detalhadamente, vê-se que o problema financeiro estava o tempo todo em pauta. O político Vadão Gomes, que nem era réu, conta que, numa conversa com Genoino, Delúbio, Pedro Henry e Pedro Correa, discutiu-se a necessidade de ajuda em dinheiro para o PP, com vistas às eleições de 2004. Outro parlamentar do PP, o falecido José Janene, testemunhou sobre reunião em que Genoino, e apenas ele, representava o PT.

O PP ainda alegava ter problemas para pagar a conta de advogados, contratados para defender parlamentares do partido. Entre eles, Ronivon Santiago, que confessara ter recebido propina para votar a favor da reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

O bom PT prontificou-se a resolver isso. Três milhões resolveriam. Advogados caros, esses.

Pode-se chamar esse tipo de combinação um “acordo meramente político”? Foi o que fizeram todos os réus. Mas prometer dinheiro em troca de apoio pode ser melhor chamado de corrupção, e foi isso o que concluíram nove ministros do STF.

Também as necessidades do PTB, com relação aos gastos na campanha que se aproximava em 2004, foram discutidas com José Genoino presente. A promessa, antiga, era de R\$ 20 milhões para que o PTB apoiasse Lula.

Jefferson conta ter avisado Genoino: uma quantia dessas seria alta demais para ser considerada apenas “caixa 2” — doações de empresários por baixo do pano. Entenda-se: empresários não dariam tanto dinheiro assim. Genoino teria respondido que

o repasse seria feito de partido a partido, ou como contribuição de empresas ao fundo partidário.

Ignorava tudo? Difícilimo de acreditar. Qualquer pessoa, mesmo com menos experiência política do que José Genoino, sabe perfeitamente que, numa conversa “política” assim, programas e ideologias não são exatamente o prato principal.

A ministra Cármen Lúcia manifestou pesar pela condenação de Genoino. Mas não estamos julgando histórias pessoais, disse ela. Estamos julgando as provas dos autos.

Ela reexamina os depoimentos. Todos concordam: as finanças do PT estavam “em frangalhos” em 2002. Como é possível, pergunta ela, que do início de 2003 até meados de 2005 o PT passasse a ter tanto dinheiro, sem José Genoino perguntar de onde vinha, como foi conseguido?

Três milhões vinham do Banco Rural, através de um empréstimo avalizado por Marcos Valério e Delúbio Soares. O empréstimo foi considerado fictício, apenas uma maneira de Marcos Valério esquentar o dinheiro que recebera do Banco do Brasil.

Lewandowski foi à carga. Conta dos autos que pelo menos uma parcela desse empréstimo foi de fato paga pelo PT; não era uma fraude, portanto. Ayres Britto interveio. Sim, uma parcela foi paga... mas em 2012! Quando o processo do mensalão já corria com mais ritmo, interessando a todos dar credibilidade às teses da defesa.

José Genoino também foi avalista desse empréstimo do PT com o Banco Rural, quando ocorriam as renovações do crédito, a cada três meses.

Certo, não entendia de finanças. Como presidente do PT, tinha de cumprir, pelo estatuto, o dever de assinar aquele tipo de coisa.

CONTINUA

21 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Observo que não é à toa que o estatuto exige a assinatura do presidente do partido. Um nome como o de José Genoino não se construiu aos poucos; está lá, justamente, para dar credibilidade e honradez aos atos partidários. Quantos não se deixaram enganar, vendo que “até o José Genoino” endossava esses acordos “políticos” negociados no balcão de Jefferson, Janene e Companhia?

O crime maior, que o PT cometeu contra a própria credibilidade, mas em favor de reformas econômicas que negavam o seu programa, foi ter-se envolvido em acordos com a escória da política brasileira. Há quem ache que valeu a pena, pensando no desempenho do governo Lula, há quem ache que não.

Quem resolve dar festa num chiqueiro termina sujo também. José Genoino não roubou, José Genoino fez o que lhe pareceu mais certo, sem pensar em vantagens financeiras pessoais. Mas inocente não era.

FOLHA DE S. PAULO

O show dos erros

JANIO DE FREITAS

O estado de Genoio já era conhecido quando Joaquim Barbosa determinou que o sujeitassem à viagem

21 NOV 2013

NO PRIMEIRO plano, o espetáculo criado para a TV (alertada e preparada com a conveniente antecedência) mostrou montagem meticulosa, os presos passando pelos pátios dos aeroportos, entrando e saindo de vans e do avião-cárcere, até a entrada em seu destino. Por trás do primeiro plano, um pastelão. Feito de mais do que erros graves: também com o comprometimento funcional e moral de instituições cujos erros ferem o Estado de Direito. Ou seja, o próprio regime de democracia constitucional.

Os presos na sexta-feira, 15 de novembro, foram levados a exame de condições físicas pela Polícia Federal, antes de postos em reclusão. Exceto José Genoio, que foi dispensado, a pedido, de um exame obrigatório. Experiente, e diante de tantas menções à saúde inconfiável de José Genoio, o juiz Ademar Silva de Vasconcelos, a quem cabem as Execuções Penais no Distrito Federal, determinou exame médico do preso. Era já a tarde de terça-feira, com a conclusão de que Genoio é portador de “doença grave, crônica e agudizada, que necessita de cuidados específicos, medicamentosos e gerais”.

José Genoio não adoeceu nos primeiros quatro dias de sua prisão. Logo, deixá-lo esses dias sem os “cuidados específicos”, enquanto aqui fora se discutia se é o caso de cumprir pena em regime semiaberto ou em casa, representou irresponsável ameaça a uma vida — e quem responderá por isso?

A rigor, a primeira etapa de tal erro saiu do Supremo Tribunal Federal. A precariedade do estado de José Genoio já estava muito conhecida quando o ministro Joaquim Barbosa determinou que o sujeitassem

a uma viagem demorada e de forte desgaste emocional. E, nas palavras de um ministro do mesmo Supremo, Marco Aurélio Mello, contrária à “lei que determina o cumprimento da pena próximo ao domicílio”, nada a ver com Brasília. O que é contrário à lei, ilegal é. O Conselho Nacional de Justiça, que, presidido por Joaquim Barbosa, investe contra juízes que erram, fará o mesmo nesse caso? Afinal, dizem que o Brasil mudou e acabou a impunidade. Ou, no caso, não seria impunidade?

Do mesmo ministro Marco Aurélio, além de outros juristas e também do juiz das Execuções Penais, veio a observação que localiza, no bojo de mais um erro gritante, parte do erro de imprevidência temerária quanto a José Genoio. Foi a já muito citada omissão da “carta de sentença”, que, se expedida pelo ministro Joaquim Barbosa, deveria anteceder o ato de reclusão. E só chegou ao juiz competente, para instruí-lo, 48 horas depois de guarda dos presos.

Com a “carta de sentença”, outra comunicação obrigatória deixou de ser feita. Só ocorreu às 22h de anteontem, porque o destinatário dissera às TVs não ter o que providenciar sobre o deputado José Genoio, se nem fora comunicado pelo Supremo da decisão de prendê-lo. Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves vai submeter a cassação do deputado ao voto do plenário, e não à Mesa Diretora como uma vez decidido pelo Supremo. Faz muito bem.

Mas o Ministério da Justiça tem mais a dizer. E sobretudo a fazer. O uso de algemas durante o voo dos nove presos transgrediu a norma baixada pelo próprio ministério, que só admite tal imobilização em caso

de risco de resistência ou fuga. Que resistência Kátia Rabello, Simone Vasconcelos, José Genoio poderiam fazer no avião? E os demais, por que se entregariam, como fizeram também, para depois tentar atos de resistência dentro do avião? Além de cada um ter um agente no assento ao lado. O uso indevido de algemas, que esteve em moda para humilhar empresários, é uma arbitrariedade própria de regime policialesco, se não for aplicado só quando de fato necessário. Quem responderá pela transgressão à norma do próprio Ministério da Justiça?

Com a prisão se vem a saber de uma violência medieval: famílias de presos na Papuda, em Brasília, precisam dormir diante da penitenciária para assegurar-se, no dia seguinte, a senha que permita a visita ao filho, ao pai, marido, mulher. Que crime cometeram esses familiares para receberem o castigo desse sofrimento adicional, como se não lhes bastasse o de um filho ou pai na prisão?

Medieval, é isso mesmo a extensão do castigo à família. Na Brasília que diziam ser a capital do futuro. Assim até fazem sentido a viagem ilegal dos nove para Brasília, as algemas e outros castigos adicionais aplicados a José Genoio e outros. E que vão continuar.

21 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Pressão 1 A OAB federal e a CNBB anunciam hoje que, além de pedir ao STF pressão no julgamento da Adin que proíbe que empresas façam doações a candidatos e a partidos, vão apresentar um projeto de lei de iniciativa popular com o mesmo teor.

Pressão 2 As duas entidades já coletaram mais de 360 mil assinaturas para a proposta, e querem chegar a 1,5 milhão de adesões. Farão um ato público para mobilizar a população para a ideia na próxima quarta-feira, em frente à catedral de Brasília.

Precedente O presidente da OAB, Marcus Vinicius Coelho, diz que essa proibição já vigora em vários países. “A doação de empresas favorece a corrupção e fere o princípio da igualdade, ao dar à pessoa jurídica peso maior que ao cidadão nas eleições”, justifica.

21 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Indio da Costa pede à Justiça perícia em contratos sob suspeita

Ex-controlador do banco Cruzeiro do Sul argumenta que acusação não procede e que não teve acesso aos papéis

BC afirma que provas são suficientes para caracterizar o crime e que banqueiro quer apenas atrasar processo

RAQUEL LANDIM
DAVID FRIEDLANDER
DE SÃO PAULO

O ex-controlador do banco Cruzeiro do Sul, Luis Felipe Indio da Costa, entrou na Justiça com pedido de perícia nos contratos que o Banco Central (BC) considerou fraudulentos, quando liquidou a instituição em setembro do ano passado.

Os advogados de Indio da Costa solicitaram ainda a suspensão do processo administrativo que corre contra o ex-banqueiro no BC até que a avaliação seja realizada.

O BC "não comenta casos específicos sobre bancos". A **Folha** apurou que a ação de Indio da Costa foi recebida como uma manobra para atrasar o andamento do processo.

O Cruzeiro do Sul, que pertencia à família Indio da Costa, foi liquidado porque tinha um buraco de R\$ 3,4 bilhões pelas contas do BC. Desse total, R\$ 1,2 bilhão seria resultado de mais de 280 mil con-

tratos de empréstimos consignados (com desconto em folha de pagamento) inventados com a intenção de melhorar o resultado do banco, segundo a acusação.

Na ação entregue na semana passada à 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o ex-controlador do Cruzeiro do Sul afirma que até hoje não teve acesso aos contratos sob suspeita e que, sem isso, não tem como se defender.

Luis Felipe e Luis Octavio, filho e sócio do banqueiro, são acusados de nove crimes, entre os quais gestão fraudulenta, fraude contábil e lavagem de dinheiro.

Conforme a ação, Indio da Costa já pediu três vezes ao BC a perícia das operações. Como não foi atendido, recorreu à Justiça.

No processo administrativo do BC, estão anexados apenas 100 dos 356 contratos que a fiscalização analisou manualmente. Para chegar aos 280 mil contratos supostamente fictícios, o BC recorreu ao cruzamento de diversos bancos de dados, que detectam operações com infrações similares.

O ex-banqueiro afirma que seria preciso fazer a perícia em pelo menos 10% dos contratos sob suspeita, ou seja, 28 mil contratos, para ter cer-

teza de que a fraude envolveu um número tão grande de operações.

Nas negativas aos pedidos de Indio da Costa, o BC afirmou que os 100 contratos que fazem parte do processo são suficientes para caracterizar o crime e que a perícia de outros contratos não muda a conclusão de fraude.

Outra queixa do ex-controlador do Cruzeiro do Sul é que o número de operações de crédito consideradas fraudulentas mudou três vezes ao longo da investigação do BC, embora o valor do rombo tenha ficado sempre ao redor de R\$ 1,2 bilhão.

Na carta em que acusa pela primeira vez os Indio da Costa de inventar contratos de empréstimo, em maio de 2012, o BC menciona 320.001 operações. Dois meses depois, o relatório da comissão de inquérito do BC aponta 682.647 contratos fraudulentos. Em agosto de 2012, quando o processo administrativo foi instaurado, o número utilizado foi 283.262.

A **Folha** apurou que a justificativa do BC é que cada número reflete a situação de uma data diferente de apuração dos dados. O número da comissão de inquérito é o dobro porque seria resultado de análise mais aprofundada.

21 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Marcha celebra

Zumbi e denuncia

morte de negros

Manifestação pelo Dia da Consciência Negra partiu às 15 h da Paulista e seguiu pacificamente por 2 horas sob sol de 33°C

Sob sol de 33°C, 1.500 pessoas, segundo a Polícia Militar, participaram ontem da Marcha da Consciência Negra, em homenagem à memória de Zumbi e Dandara, líderes do Quilombo dos Palmares, em São Paulo. O evento fez parte das celebrações do Dia da Consciência Negra, comemorado ontem.

A passeata partiu às 15 horas da Avenida Paulista e seguiu até o Teatro Municipal, no centro, onde foi encerrada perto das 17h. Participaram do evento sindicatos e movimentos sociais, além dos coletivos que saíram às ruas nas jornadas de junho.

Foi a 10.ª marcha na cidade, que neste ano teve como tema "A Juventude negra quer viver", em relação às mortes de negros e pardos nas periferias. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir de informações sobre mortalidade do Censo 2012, apresentado na terça-feira, mostrou que a taxa de mortes violentas entre os negros é de 36 mortes por 100 mil. Entre os não negros, a taxa cai para 15,2.

Antes de a passeata partir, houve uma série de discursos de lideranças do movimento negro paulista e de políticos, como o secretário de Promoção da Igualdade Racial, Netinho de Paula. Dois carros de som puxaram a passeata. Sobre um deles, havia uma banda com violão, baixo e bateria que tocava músicas de hip-hop, como *O Homem na Estrada*, dos Racionais MCs. Nos cartazes, os manifestantes

• Riscos

8%

É quanto aumentam as chances de uma pessoa ser assassinada no Brasil por ser negra, segundo dados do Ipea, mesmo vivendo nas mesmas condições que um não negro.

protestavam contra o "genocídio dos negros na periferia", entre outras frases.

No começo do protesto, cerca de 150 policiais acompanharam os manifestantes em duas filas indianas, o que irritou os líderes da passeata. Do carro de som, eles disseram que não seguiriam a marcha enquanto a PM não deixasse a rua livre. "Já não bastam as operações saturação e as reintegrações de posse feitas rotineiramente nas periferias", discursou um dos manifestantes. "Precisamos ser policiados também no manifesto do Dia da Consciência Negra."

Depois de negociação entre manifestantes e os oficiais, os PMs ficaram para trás e a marcha seguiu pacificamente.

Também participaram do evento integrantes da bateria da Vai-Vai, baianas de escolas de samba e assistas.

Rio. O Dia da Consciência Negra foi comemorado no Rio com danças na frente da estátua de Zumbi dos Palmares, na Avenida Presidente Vargas, no centro. As atividades começaram com uma vigília, às 6 horas.

Depois, formaram-se rodas de samba e de capoeira. Também houve apresentação de dança afro, jongo e maculelê.

Para marcar a data, a prefeitura inaugurou ainda uma placa no Cais do Valongo, importante sítio arqueológico da diáspora africana. Era nesse local que se fazia o comércio dos negros recém-chegados da África, no início do século 19. A prefeitura está em campanha para que o sítio seja considerado patrimônio da humanidade pela Unesco.

Parque. Ontem também, um outro protesto em São Paulo derrubou parte de um muro construído há três dias em uma das laterais do terreno do Parque Augusta, na região central. Quinze integrantes de movimentos contrários à construção de prédios no local participaram do ato.

Localizado entre as Ruas Augusta, Caio Padro e Marquês de Paranaguá, o imóvel, de 25 mil m², foi vendido neste mês para as construtoras Cyrela e Setin. "Esse muro é a primeira medida para cercar o parque e impedir o acesso da população. Tentamos um acordo por meio do diálogo, mas não estamos sendo ouvidos", disse um dos manifestantes, que não quis se identificar. Após o ato, os ativistas deixaram o local. A PM foi chamada, mas o responsável pelo estacionamento que funciona no terreno não quis prestar queixa. Cyrela e Setin não comentaram. / BRUNO PAES MANSO, CLARISSA THOMÉ e FABIANA CAMBRICOLI

21 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Tarda?

O meio jurídico está preocupado com votação, dia 2, de resolução do CNJ que prevê a implantação do Processo Judicial Eletrônico em todo o Brasil. Alegam que o PJe, ainda em fase de testes, é mais atrasado do que muitos sistemas eletrônicos já implantados pelo País.

Para se ter ideia do tamanho do imbróglio, em outubro, o PJe – já instalado no Rio de Janeiro – ficou 28 dias fora do ar.

Tarda? 2

O TJ de São Paulo, por sua vez, gastou mais de R\$ 300 milhões, desde 2006, no Sistema de Automação da Justiça – que deverá estar 100% operante em 2014. Agora, o tribunal teme que a aprovação da resolução do CNJ signifique recomeçar o processo do zero.

21 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

O que trama o PT?

O manifesto petista divulgado na terça-feira, que classifica de “ilegal” a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, de mandar recolher à prisão 12 dos condenados no processo do mensalão, afirma que “uma parcela significativa da sociedade” teme “pelo futuro do Estado Democrático de Direito no Brasil”. Têm razão os signatários do documento.

O Estado de Direito está real e gravemente ameaçado no Brasil, mas pelos sectários, pelos oportunistas fisiológicos e pelos inocentes úteis do PT que, por razões diversas, se empenham numa campanha nacional de desmoralização do Poder Judiciário, ferindo fundo a estabilidade institucional e colocando em risco, em benefício da hegemonia política do partido, o futuro da democracia no País.

O tal manifesto não é um documento oficial do PT. Mero detalhe. As posições “oficiais” do partido, ditadas pelo pragmatismo eleitoral, são traduzidas pela linguagem melíflua das notas oficiais, hábeis em camuflar o verdadeiro pensamento da elite petista. Mas esse pensamento está explicitado no manifesto de terça-feira, que tenta em vão dissimular seu caráter eminentemente político-partidário com a adesão de “companheiros” intelectuais e juristas. Mas assinam a nota o presidente Rui Falcão e todos os demais integrantes do Diretório Nacional do partido. Está ali, portanto, o que pensa o PT.

Da mesma forma como ataca sistematicamente a imprensa, ao investir contra o Poder Judiciário, lançando mão do recurso de demonizar a figura do ministro Joaquim Barbosa, o PT deixa claro o modelo de “democracia” que almeja: aquele em que ninguém ousa contrariar suas convicções e seus interesses nos meios de comunicação, na aplicação da Justiça, na atividade econômico-financeira. Em todas as atividades, enfim,

em que entendem que o Estado deve dar sempre a primeira e a última palavra, para promover e proteger os interesses “do povo”.

Para visualizar esse modelo dos sonhos dos petistas radicais sem ir muito longe, basta olhar para a Venezuela e demais regimes “bolivarianos” da América Latina, sem falar no clássico exemplo da ilha dos Castros. Esses países, em que vigora o “socialismo do século 21”, são comandados pelos verdadeiros amigos do peito e de fé de Lula, Dilma e companheirada.

Mas nem todo mundo no PT está preocupado com dogmatismo ideológico. Ao longo de 10 anos, boa parte da militância petista aprendeu a desfrutar das benesses do poder e hoje reage ferozmente a qualquer ameaça de ter que largar o osso. São os oportunistas que tomaram conta do aparelho estatal em todos os níveis e a ele dedicam todo seu despreparo e incompetência gerencial.

E existem ainda os inocentes úteis, em geral mal informados e despolitizados, que engrossam as fileiras de uma militância que comprou a ideia-força lulopetista de que o mundo está dividido entre o Bem e o Mal e quem está “do outro lado” é um “inimigo” a ser ferozmente dizimado. As redes sociais na internet são o ambiente em que melhor prospera esse maniqueísmo de esgoto.

O que pretende esse amplo e variado arco de dirigentes e militantes petistas que, a pretexto de se solidarizarem com os condenados do mensalão, se mostram cada vez mais ousados em suas investidas contra o Poder Judiciário? O País tem estabilidade institucional suficiente para impedir que, num golpe de mão ou num passe de mágica, a condenação dos mensaleiros seja anulada. Mas os radicais sabem que para alcançar seus objetivos precisam criar e explorar vulnerabilidades na estrutura institucional de nossa democracia. Os oportunistas sabem que precisam ficar bem com os donos do poder a que aderiram.

E os inocentes úteis não sabem nada. Agem por impulso, movidos por apelos emocionais. Acreditam até no argumento falacioso de que é preciso ser tolerante com a corrupção e os corruptos porque sem eles é impossível governar.

A quem não entra nessa lista resta comemorar, enquanto pode, uma singela obviedade: feliz é o país em que a Justiça pode contrariar os interesses dos poderosos de turno.

21 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

LUTA PELO FERIADO



Festividades em comemoração à data na Praça Zumbi dos Palmares.

Otimismo. Lideranças não desistem da folga no Dia da Consciência Negra

Líderes de movimentos representativos da comunidade negra afirmaram ontem que a luta pela oficialização do feriado do Dia da Consciência Negra em Curitiba não acabou. Durante a abertura das festividades em comemoração data, na Praça Zumbi dos Palmares, no Pinheirinho, declararam que continuarão os esforços nos bastidores para que o dia 20 de novembro se torne feriado oficial na cidade.

Aprovado na Câmara de Curitiba, o feriado do Dia da Consciência Negra foi derrubado liminarmente pela Justiça, a pedido da Associação Comercial do Paraná (ACP). “Foi um duro golpe para os integrantes do nosso movimento, mas há 30 anos lutamos por essa data e não vai ser por causa dessa decisão da Justiça que vamos desistir. Nesse ano não deu, mas para o próximo

estamos confiantes que o feriado será efetivado e definitivo para a cidade”, disse Jaime Tadeu da Silva, diretor da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (Acnap).

Segundo Jaime, o Dia da Consciência Negra é apenas símbolo da luta pelo reconhecimento do papel do negro na formação da sociedade brasileira. “Tem muita gente que insiste em afirmar que o que queremos é apenas um feriado a mais. Não é nada disso. É um dia para se repensar e refletir sobre a situação da população negra no País e também discutir uma série de políticas públicas que realizamos em várias frentes durante todo o ano”, afirma.

DEBATE

Para Luiz Carlos Paixão da Rocha, dirigente da APP-Sindicato, um dos órgãos apoiadores do movimento negro no Paraná, a discussão em relação ao feriado da Consciência Negra estará mais madura em 2014. “Tenho plena confiança que no ano que vem, após discussões mais aprofundadas, teremos o feriado em Curitiba. Neste ano não conseguimos por decisão judicial que ainda está em discussão. Mas acredito que vamos ultrapassar esse obstáculo”, afirmou.

Também presente na cerimônia, o prefeito Gustavo Fruet afirmou que a polêmica sobre a efetivação do feriado teve o papel de levantar a discussão sobre o tema. “Abriu debate importante e até gerou conflitos desnecessários. Mas foi importante a discussão e é preciso o diálogo sobre essa questão. Feriado não se impõe. Feriado se discute e há uma série de fatores que precisam ser discutidos para se implementar um feriado”, opinou.

CONTINUA

21 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ
CONTINUAÇÃO

**Associação Comercial
? diz que é solidária**

Autora da ação judicial que resultou na suspensão do feriado, a Associação Comercial do Paraná (ACP) declarou que é “inteiramente solidária às manifestações cívicas visando o resgate e a valorização da Consciência Negra, em apreço à presença histórica e grande contribuição de afrodescendentes no processo de desenvolvimento do nosso Estado”.

Em nota, a entidade afirmou que “em nenhum momento se deixou pautar pelo viés da discriminação; embora não encontre razões para se desviar do cristalino argumento dos pesados prejuízos ao setor produtivo, além da flagrante inconstitucionalidade da decretação do feriado”. O texto ainda diz que a instituição obteve, em caráter liminar, a suspensão do feriado do Dia da Consciência Negra e aguardará “com todo o respeito” o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade protocolada pela entidade no Tribunal de Justiça. A ACP estima que os prejuízos ao comércio e indústria com o feriado chegariam a R\$ 160 milhões. (ES)

21 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Testemunhas de abusos

Joyce Carvalho
joycec@tribunadoparana.com.br

O ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República e ex-prefeito de Realeza, Eduardo Gaievski, terá hoje a audiência de instrução e julgamento, no Fórum de Realeza, sudoeste do Paraná. Ele foi denunciado em agosto pelo Ministério Público por estupro de vulnerável, estupro e assédio sexual, ocorridos entre 2008 e 2009.

De acordo com o promotor de Justiça Raphael Fleury Rocha, esta é a oportunidade para a produção de provas, com os depoimentos das testemunhas tanto de defesa de Gaievski quanto as arroladas pelo Ministério Público. O acusado também será ouvido. "Pela quantidade de testemunhas, pode ser que a audiência não seja finalizada nesta quinta-feira, ou prossiga durante a noite e madrugada", avalia o promotor Rocha.

PRISÃO

Gaievski foi preso em agosto, em Foz do Iguaçu, e transferido para Curitiba. Paralelamente corre na Justiça ação contra o filho, dois irmãos e o advogado de Gaievski, que estariam coagindo testemunhas. André Willian Gaievski, filho de Eduardo, e o advogado Fernandes da Silva Borges estão presos. Os irmãos do acusado continuam foragidos. Já foram oferecidas denúncias contra os quatro suspeitos.

21 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedro
Washington

Panorama Político

MÃO FECHADA

A exemplo do que fez com o reajuste dos cartórios em 2012, não colocado em votação pelo presidente da Assembleia Legislativa mas, novamente em foco em 2013, Valdir Rossoni leva as lideranças partidárias para discutir com o novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes, redução no índice do Funrejus, encaminhado à Casa de Leis.

21 NOV 2013

BEM PARANÁ

Precatórios

Outro projeto do governo aprovado em duas votações ontem regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias. Atualmente o cálculo atualizado do valor do precatório é feito pela Câmara de Conciliação. O projeto transfere a competência de atualização para o Tribunal de Justiça do Paraná. A matéria será votada em redação final na próxima semana. O projeto também abre a possibilidade de substituição de precatórios. Se houver rejeição por razões como iliquidez, suspensão por decisão judicial ou problemas ao crédito, pode ser aceito outro precatório.

21 NOV 2013

BEMPARANÁ

! Espetáculo

O senador Roberto Requião anunciou que está à disposição do PT para subscrever qualquer pedido de esclarecimento ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a prisão, no dia 15 de novembro, de condenados no processo do "mensalão". Para o senador, "houve abuso de poder na execução da pena, que se transformou em um espetáculo mediático". Requião observou que não discutia o mérito do julgamento e das condenações, e sim condenava "a execução mediática da pena". Segundo ele, nem o Senado e nem mesmo o STF podem tolerar o abuso do presidente da corte.

21 NOV 2013

BEMPARANÁ

Movimentos negros manterão protestos e boicote

Promessa é que as manifestações continuem até que seja derrubada a liminar que suspendeu o feriado na Capital

Os movimentos sociais favoráveis ao feriado da Consciência Negra prometem manter os protestos e boicote ao comércio de Curitiba até que a liminar que suspendeu o feriado seja derrubada. Ontem, os movimentos realizaram mobilizações pela cidade, além de participar das solenidades oficiais do município alusivas à data.

"Estamos organizando atos em todas as semanas e boicotes ao comércio também", disse Romeu Miranda, diretor da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (Acnap). Segundo Miranda, enquanto a liminar não for derrubada, os movimentos estarão nas ruas.

Ontem, as entidades ligadas ao comitê criado para pressionar pela derrubada da liminar realizou atos na Praça Zumbi dos Palmares — onde aconteciam os eventos oficiais com a presença do prefeito Gustavo Fruet e vereadores — na Praça Rui Barbosa, Boca Maldita e Praça Santos Andrade, de onde partiu uma caminhada com centenas de pessoas no final da tarde.

O boicote ao comércio é uma resposta à Associação Comercial do Paraná (ACP), autora da ação que suspendeu o feriado neste ano.

Apoio ao feriado da Consciência Negra foi defendido pelo prefeito de Curitiba,

ba. "A cidade de Curitiba reafirma o compromisso pela igualdade, liberdade, inclusão social e contra qualquer tipo de preconceito de raça e gênero. Temos de trabalhar a conscientização diariamente para que a sociedade tenha respeito pelo próximo. Só assim vamos diminuir conflitos", disse o prefeito.

"As pessoas tem que entender a dimensão do que estamos fazendo. Precisam olhar por cima da montanha em vez de ficarem rodeando o próprio umbigo", alertou o presidente da Câmara de Curitiba, Paulo Salamuni em defesa do feriado. Salamuni chegou a ir até Brasília para tentar reverter a suspensão do feriado no Supremo Tribunal Federal (STF), mas quando chegou o ministro Gilmar Mendes já havia mantido a suspensão.

Censo — Quase um quinto da população de Curitiba se declara parda (16,9%) e 2,8% são pretos. Os dados são do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, faz hoje uma sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, criado em outubro.